



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER DO RELATOR**

Projeto de Iniciativa Popular n.º 01/2025

Autoria: Poder Iniciativa Popular

Ementa: Dispõe sobre a denominação oficial da ponte localizada sobre o Rio da Farinha, no município de Cacimba de Areia/PB

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de iniciativa popular que dispõe sobre a denominação oficial da ponte situada sobre o Rio da Farinha, no município de Cacimba de Areia/PB.

Contudo, verifica-se que a matéria já foi objeto de deliberação por esta Casa Legislativa, culminando na promulgação da Lei Municipal nº 566, de 2025, cuja ementa dispõe: ***“Denomina ‘PONTE IRENALDO FERREIRA DOS SANTOS’ a ponte construída no município de Cacimba de Areia – PB, e dá outras providências.”***

É o relatório.

**II – ANÁLISE JURÍDICA**

Embora a iniciativa popular seja legítima e encontre respaldo legal, o mérito do presente projeto encontra-se prejudicado, uma vez que a denominação da referida ponte já foi objeto de lei em vigor, não subsistindo, portanto, matéria passível de nova deliberação.

Trata-se, assim, de proposição com perda superveniente de objeto, pois não há utilidade prática nem possibilidade jurídica de apreciação de matéria já regulada por norma vigente.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

Ademais, a tramitação de projeto com idêntico conteúdo fere o princípio da segurança jurídica e configura violação ao Regimento Interno, que veda a reapresentação de proposição de mesmo teor durante a mesma legislatura, salvo se revogada ou modificada a norma anterior.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão opina:

- Pela constitucionalidade formal da iniciativa, uma vez observados os requisitos legais;
- Pela inconstitucionalidade material e antirregimentalidade da proposição, em virtude da perda de objeto, haja vista a existência da Lei Municipal nº 566/2025, que já disciplinou integralmente a matéria.

Assim, o parecer é pela rejeição do projeto, por ser antirregimental e prejudicado.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2025.

  
DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS  
Relator





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

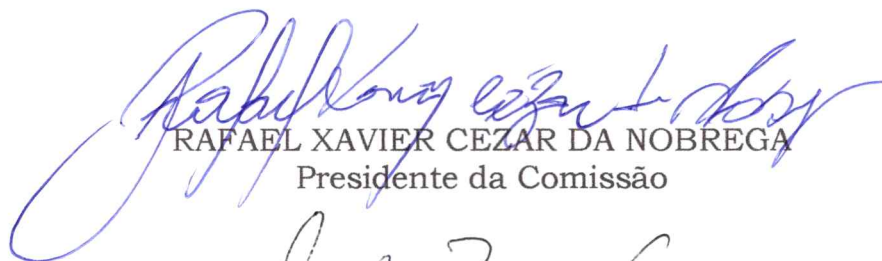
**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**Parecer da Comissão**

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, em sessão de 23 de outubro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade formal da iniciativa, uma vez observados os requisitos legais e, pela inconstitucionalidade material e antirregimentalidade da proposição, em virtude da perda de objeto, haja vista a existência da Lei Municipal nº 566/2025, que já disciplinou integralmente a matéria, pela aprovação do Projeto de Iniciativa Popular n.º 01/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores  
RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA – Presidente  
DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS – Relator  
TEOMAR GONÇALVES DA SILVA – Membro


Sala das Sessões em, 23 de outubro de 2025.



RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA  
Presidente da Comissão



DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS  
Relator



TEOMAR GONÇALVES DA SILVA  
Membro

